

## **Produção Científica sobre Turismo de Base Comunitária em Reservas de Desenvolvimento Sustentável (2008-2017): Pesquisa bibliográfica e análise das metodologias**

*Scientific production on Community Based Tourism in Sustainable Development Reserves (2008-2017): Bibliographic research and analysis of methodologies*

*Producción Científica sobre Turismo de Base Comunitaria en Reservas de Desarrollo Sostenible (2008-2017): Investigación bibliográfica y análisis de las metodologias*

Mayra Laborda Santos<sup>1</sup>

Bruna Ranção Conti<sup>2</sup>

---

Este artigo foi recebido em 28 de JANEIRO de 2019 e aprovado em 01 de JULHO de 2019

---

**Resumo:** O presente estudo configura-se uma pesquisa bibliográfica que objetivou compreender as principais contribuições teórico-metodológicas da produção científica sobre turismo de base comunitária em Reservas de Desenvolvimento Sustentável, contemplando os artigos publicados nos últimos dez anos. A busca dos estudos ocorreu em seis bases, pelo uso de critérios que auxiliaram no refinamento da seleção, devidamente descritos na seção metodológica. Dos 21 artigos inicialmente identificados, restaram, após a análise dos critérios de seleção, apenas seis. O parco número de publicações, levando-se em consideração os critérios de seleção do estudo, evidencia, entre outras contribuições, a necessidade de desenvolvimento de pesquisas que contemplem o turismo de base comunitária com locus nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável, não só por ela ser uma categoria de Unidade de Conservação genuinamente brasileira, mas por contemplar em seus objetivos, previstos no Sistema Nacional de Unidades de Conservação, a permanência de grupos sociais em seu interior, com histórico de uso tradicional do território, por meio do manejo sustentável dos recursos naturais. Nesse sentido, o turismo de base comunitária é apresentado, então, como uma possível alternativa econômica para esses grupos. Com relação às metodologias adotadas nos artigos analisados, todas se enquadram em uma abordagem qualitativa. E os resultados demonstram ainda uma concentração de estudos na região sudeste do Brasil, apesar de as RDS estarem mais presentes na região norte do País.

**Palavras-chave:** produção científica, turismo de base comunitária, reservas de desenvolvimento sustentável, pesquisa bibliográfica, análise metodológica

**Abstract:** The present study appears as a bibliographical research that aimed to understand the main theoretical-methodological contributions of the scientific literature on community-based tourism in Reservas de Desenvolvimento Sustentável, comprising the articles published in the last ten years. The search of the articles occurred in six bases, using criteria that assisted in the refinement of the selection. Of the 21 articles selected initially, left, after the analysis of the criteria for inclusion, only 6. The meager number of publications, taking into account the selection criteria of the study shows, among other contributions, the need for development of research covering the community based tourism development in locus Reservas de Desenvolvimento Sustentável, not only for this to be a category of genuinely brazilian conservation unit, but by contemplating in its objectives, laid down in the National System of Conservation Units, the permanence of social groups in your interior, with a history of use

---

<sup>1</sup> Informações do autor:

**Formação/curso:** Mestranda em Turismo. **Instituição:** Universidade Federal Fluminense - UFF, Niterói – RJ, Brasil. **E-mail:** mayra\_laborda@id.uff.br.

<sup>2</sup>**Formação/curso:** Professora adjunta e coordenadora do curso de Turismo. **Instituição:** Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, Rio de Janeiro – RJ, Brasil. **E-mail:** bruna.conti@unirio.br.

traditional territory, through the sustainable management of natural resources. In this sense, the community based tourism is presented as a viable economic alternative to these groups. With respect to the methodologies adopted in the articles analyzed, all fall into a qualitative approach. And the results show a concentration of study in the Southeast region of Brazil, although the RDS are more present in the North of the country.

**Key words:** scientific production, community-based tourism, reservas de desenvolvimento sustentável, bibliographical research, methodological analyse

**Resumen:** El presente estudio se configura como una investigación bibliográfica que objetivó comprender las principales aportaciones teórico-metodológicas de la producción científica sobre turismo de base comunitaria en Reservas de Desarrollo Sostenible, contemplando los artículos publicados en los últimos diez años. La búsqueda de los estudios ocurrió en seis bases, con el uso de criterios que auxilia en el refinamiento de la selección, debidamente descritos en la sección metodológica. De los 21 artículos inicialmente identificados, quedaron, tras el análisis de los criterios de selección, sólo 6. El exiguo número de publicaciones, teniendo en cuenta los criterios de selección del estudio, evidencia, entre otras contribuciones, la necesidad de desarrollo de investigaciones que contemplan el turismo de base comunitaria con locus en las Reservas de Desarrollo Sostenible, no sólo por ser una categoría de la Unidad de Conservación genuinamente brasileña, pero por contemplar en sus objetivos, previstos en el Sistema Nacional de Unidades de Conservación, la permanencia de grupos sociales en su interior, con histórico de uso tradicional del territorio, por medio del manejo sustentable de los recursos naturales. En ese sentido, el turismo de base comunitaria se presenta, entonces, como una posible alternativa económica para esos grupos. Con respecto a las metodologías adoptadas en los artículos analizados, todas se encuadran en un abordaje cualitativo. Y los resultados demuestran una concentración de estudios en la región sudeste de Brasil, a pesar de que las RDS están más presentes en la región Norte del país.

**Palabras-Claves:** producción científica, turismo de base comunitaria, reservas de desarrollo sostenible, investigación bibliográfica, análisis metodológica

## **1. Introdução**

As discussões sobre o turismo de base comunitária (TBC) surgem na década de 1980, ambientadas na América Latina, em um contexto de discursos alicerçados no desenvolvimento sustentável e na erradicação da pobreza (MALDONADO, 2009). No que tange especificamente ao Brasil, as reflexões aconteceram, inicialmente, de forma marginalizada e com poucos estudiosos debruçando-se sobre a temática, uma vez que o cenário político ansiava por estudos com fins mercadológicos que traduzissem “estatísticas e receitas”, endossado pela ausência de políticas públicas que contemplassem a reflexão (IRVING, 2009).

O cenário brasileiro passa a modificar-se a partir da década de 1990, quando um grupo de pesquisadores leva a discussão da temática para os Encontros Nacionais de Turismo de Base Local, culminando na formação de redes de pesquisa e incentivo a iniciativas de turismo comunitário na América Latina, como a *Red de Turismo Sostenible Comunitario* (REDTURS), representando significativo avanço

no desenvolvimento de projetos de pesquisa, publicações e parcerias com a gestão pública (IRVING, 2009).

Com base na aceção de que o TBC contribuiria para a redução da pobreza e das mazelas sociais, agências de fomentos, academia e órgãos governamentais lançaram mão de iniciativas de apoio a pesquisas e projetos de TBC, das quais destacam-se duas ações do Ministério do Turismo que colaboraram para o aumento de publicações sobre o Turismo de Base Comunitária no Brasil. Inicialmente, em 2008, a publicação do edital 01/2008, voltado para o apoio de projetos de TBC no País, representando um avanço significativo no que tange ao movimento da gestão pública em prol do desenvolvimento de um turismo com protagonismo das comunidades tradicionais, ainda que não seja considerado, de fato, uma política pública (BURSZTYN; SANSOLO, 2009; BRASIL, 2008). A segunda ação diz respeito à publicação do livro *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências*, em que se estabeleceu um marco nas publicações sobre o TBC no Brasil, ainda que o conteúdo seja considerado introdutório pelos organizadores do livro.

Diante desse contexto, os estudos científicos sobre TBC passam a receber diversas contribuições, com recortes conceituais, socioespaciais e metodológicos diversos.

Entre os recortes geográficos dos estudos, destacam-se aqueles vinculados às Unidades de Conservação (UCs). Uma pesquisa realizada por Bursztyn e Sansolo (2009) revelou que, aproximadamente, 80% das experiências de TBC no Brasil acontecem no interior ou entorno de Unidades de Conservação e Áreas de Preservação Permanentes. O turismo de base comunitária, no âmbito das Unidades de Conservação, é visto como promissor e vem sendo, cada vez mais, impulsionado nas categorias de UC em que é permitido, uma vez que os benefícios indiretos do uso dos ecossistemas dessas localidades, como as atividades de recreação e lazer, podem resultar em ganhos de mão dupla: benesses econômicas e conservação dos recursos naturais (BETTI, 2014; RODRIGUES, 2009). Nesse sentido, o turismo vem sendo apresentado, em parte da literatura e nos documentos que justificam a criação de algumas UCs, como atividade potencial para a manutenção das populações locais situadas no interior e/ou entorno dessas áreas.

Por ser uma atividade realizada por “comunidades tradicionais” em seus locais cotidianos, o TBC é incentivado nas UCs em que o estabelecimento desses grupos, a exploração de parcela dos recursos naturais e o desenvolvimento de atividades econômicas é legalmente permitido, principalmente nas

Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável, Unidades de Conservação de Uso Sustentável criadas para conservação da natureza e manutenção dos povos com histórico de uso tradicional da terra.

O interesse em analisar o TBC nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável deve-se ao fato de que um modelo usado como referência, não somente no Brasil como internacionalmente, está localizado na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. Ademais, a cartilha publicada em 2017 pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), intitulada *Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação Federais: princípios e diretrizes*, apresenta o TBC como uma demanda trazida pelos grupos sociais de moradores do interior e entorno dessas áreas.

Entretanto, mesmo diante do contexto de visibilidade alcançado pelo TBC, evidencia-se pouca contribuição acadêmico-científica sobre experiências em RDS, levando às seguintes questões: Quais as contribuições da produção acadêmico-científica sobre o turismo de base comunitária em Reservas de Desenvolvimento Sustentável? Quais reflexões têm sido feitas sobre os projetos em curso no Brasil? Que caminhos metodológicos são utilizados nos estudos?

A proposta central deste estudo consiste em analisar a produção científica sobre o turismo de base comunitária em Reservas de Desenvolvimento Sustentável, identificando suas principais contribuições teórico-metodológicas. Para tanto, teve como objetivos específicos a) elencar uma amostra da produção científica sobre Turismo de Base Comunitária em Reservas de Desenvolvimento Sustentável, considerando-se os estudos no idioma português produzidos entre o período de 2008 a 2017; b) compreender os conceitos de turismo de base comunitária, identificando-se as principais premissas convergentes entre os estudos; c) interpretar as possibilidades do Turismo de Base Comunitária como alternativa de uso público em unidades de conservação; d) sistematizar e analisar os enfoques teórico-metodológicos das pesquisas recuperadas nas bases científicas.

Como procedimento metodológico, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, elaborada com base na utilização de uma série de critérios, descritos na seção metodológica deste artigo, como a escolha das bases de busca e as palavras-chave utilizadas.

Rejowski (2010), autora do primeiro estudo sobre produção científica em turismo no Brasil, realizado em 1993 como tese de doutorado, destaca que os estudos centrados em revisão e análise da produção científica do turismo colaboraram para a criação de parâmetros e critérios de avaliação,

compreensão do fluxo e apresentação do estado da arte de um determinado contexto, série temporal e local. Dessa forma, o presente estudo favorece a compreensão do cenário acerca das produções científicas sobre o turismo de base comunitária em Reservas de Desenvolvimento Sustentável, destacando-se as principais contribuições teórico-metodológicas fornecidas pelas pesquisas analisadas.

Com relação à estrutura do trabalho, inicialmente, apresenta-se a descrição dos caminhos metodológicos da pesquisa, destacando-se procedimentos e técnicas utilizadas; em seguida, busca-se refletir acerca dos conceitos de turismo de base comunitária, evidenciando-se as principais premissas; posteriormente, realiza-se uma reflexão sobre as possibilidades de realização do TBC em unidades de conservação, com foco nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável. Mais à frente, descreve-se o cenário de inserção do TBC como objeto de estudo científico e os principais resultados da pesquisa bibliográfica, seguidos pela análise das metodologias e teorias utilizadas nos estudos. Por fim, propõe-se uma reflexão sobre as principais considerações do estudo, descrevendo-se as limitações e a importância da realização de pesquisas futuras.

## **2. Percursos metodológicos**

O caminho metodológico deste estudo baseou-se na pesquisa bibliográfica. Para a seleção da amostra de artigos analisados, adotou-se uma série de critérios que conferiram rigor metodológico ao estudo. As bases de dados escolhidas para busca foram a Scielo, Scencedirect, Redalyc, Scopus, Publicações de Turismo<sup>3</sup> e Web of Science, justificadas pelo fato de indexarem os principais periódicos nacionais e internacionais da área do turismo (SANTOS; REJOWSKI, 2013).

Para busca nas bases científicas, as palavras-chave utilizadas, por meio de operadores booleanos, foram “turismo de base comunitária” e “reservas de desenvolvimento sustentável”. Segundo Chueke e Amatucci (2015, p. 4) “os autores devem estabelecer os critérios de inclusão e exclusão de artigos, os quais não devem se basear apenas na busca por palavras-chave”. Dessa forma, a fim de refinar a pesquisa, o recorte temporal dos estudos compreendeu os anos de 2008 a 2017, contemplando a década com a maior quantidade de publicações sobre o TBC, de acordo com Grimm, Sampaio e Garcia (2017). Cabe ressaltar que não se inseriu 2018, uma vez que o objetivo era trabalhar com a análise de anos completos e a elaboração deste estudo se deu no primeiro semestre de 2018.

---

<sup>3</sup> Disponível em: <http://www.publicacoesdeturismo.com.br/>. Acesso em: 20 dez. 2018.

A seleção dos periódicos nacionais baseou-se na área e no nível de qualificação segundo a CAPES. Assim, foram utilizadas apenas as revistas classificadas na área de administração, ciências contábeis e turismo, com *qualis* de A1 a B3. A restrição da área de concentração deve-se ao fato de analisarem-se artigos que têm como objetivo principal contribuições direcionadas, especificamente, para o arcabouço teórico do turismo, visto que tem sido objeto de estudo de diversas áreas. Já a seleção dos *qualis*, justifica-se pela preocupação em considerar estudos com maior rigor científico, com contribuições teóricas e metodológicas, de fato, relevantes (SANTOS; REJOSWIKI, 2013). O processo de seleção e refinamento da coleta de artigos pode ser visualizado no Quadro 1, a seguir.

**Quadro 1. Processo para seleção de artigos, com aplicação de critérios e filtros para exclusão e refinamento**

Bases de dados	Palavras-Chave	Recorte temporal	Leitura de título/resumo	Leitura de Introdução	Área e Qualis do periódico	Total de artigos
<b>Redalyc</b>	13	12	7	5	5	<b>5</b>
<b>Scielo</b>	0	0	0	0	0	<b>0</b>
<b>Science Direct</b>	0	0	0	0	0	<b>0</b>
<b>Web of Science</b>	0	0	0	0	0	<b>0</b>
<b>Publicações em turismo</b>	8	7	3	3	2	<b>1</b>
<b>Capes</b>	0	0	0	0	0	<b>0</b>
<b>Total</b>	<b>21</b>	<b>19</b>	<b>10</b>	<b>6</b>	<b>6</b>	<b>6</b>

Fonte: Elaboração das autoras (2018).

Num primeiro momento, acessaram-se as bases para a busca dos artigos por meio das palavras-chave. Em seguida, a aplicação do filtro temporal — considerando-se, apenas, os trabalhos de 2011 a 2017 — e a leitura de títulos e resumos, para verificarem-se os estudos que tratavam, de fato, do TBC em RDS. Num segundo momento, importaram-se os trabalhos para o *software* Mendeley/versão 2017, possibilitando-se a identificação de duplicatas e uma leitura mais acurada da proposta dos trabalhos, contemplando-se a introdução. Posteriormente, em uma terceira fase, verificaram-se os nomes dos periódicos nos quais as pesquisas foram publicadas para, em seguida, realizar-se uma busca na Plataforma Sucupira e identificar a área de concentração e o *qualis* da revista.

Na seleção inicial, foram recuperados 21 artigos. Dois desses trabalhos foram descartados por não terem sido publicados em anos pertencentes ao recorte temporal do estudo. Na leitura de títulos e resumos, nove trabalhos foram desconsiderados por, apenas, mencionarem o turismo de base comunitária ou as reservas de desenvolvimento sustentável, sem discuti-los de forma articulada como temática central. Na leitura da introdução, foram eliminados dois trabalhos, pois analisavam, além de RDS, áreas protegidas pertencentes a outros grupos e categorias, descrevendo-se os resultados de maneira conjunta, não sendo possível identificar quais dados eram referentes às RDS. Na verificação do *qualis*, apenas um trabalho não pôde ser incluído, pois apresentava classificação B4. Após esse processo, chegou-se a um total de seis artigos com avaliação na área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo com *qualis* até B3.

Para a organização e análise das informações dos artigos selecionados, foi elaborado um banco de dados no *software* Excel. Para alimentar o banco, extraíram-se as seguintes informações dos artigos: título, nome dos autores, temática central do estudo, ano de publicação, veículo de publicação, base científica da qual foi selecionado, nome(s) da(s) RDS em que foi realizada a pesquisa, método, procedimentos e técnicas.

### **3. Turismo de base comunitária: sobre o que estamos falando?**

O turismo de base comunitária (TBC), ao contrário do que o mercado turístico e parte dos estudiosos afirmam, não se reduz a uma modalidade ou segmento de turismo. Ele se configura como uma metodologia de trabalho, norteadas por premissas que, em médio e longo prazos, visem a trazer maior qualidade de vida para as pessoas diretamente envolvidas (MIELKE; PIEGAS, 2013). Com isso, no turismo comunitário, busca-se propiciar a convivência, estabelecendo-se uma relação social com interesse em culturas diferentes. Ultrapassam-se as relações mercantis, promovendo-se a interconectividade de modos de vida distintos (SAMPAIO; ZECHNER; HENRÍQUEZ; CORIOLANO; FERNANDES, 2014).

Fabrino, Nascimento e Costa (2016), ao analisarem a literatura existente sobre o turismo de base comunitária, identificaram seis aspectos recorrentes utilizados como critérios de análise dos casos de TBC, que convencionaram chamar de elementos-chave, a saber: (i) Dominialidade, (ii) Organização Comunitária, (iii) Democratização de Oportunidades e Repartição de Benefícios, (iv) Integração Econômica; (v) Interculturalidade; e (vi) Saneamento Ambiental.

A Dominialidade compreende as questões de protagonismo das comunidades no desenvolvimento da atividade. Na Organização Comunitária, analisam-se as formas de organização pertencentes à

comunidade e, também, as articulações externas que fornecem apoio para o desenvolvimento do turismo. Na Democratização de oportunidades e repartição de benefícios, investigam-se as formas como os comunitários se organizam para divisão dos benefícios do turismo. Na Integração Econômica, visa-se a identificação da população local na base da cadeia produtiva do turismo, produzindo insumos e fornecendo-os para a própria comunidade, que, por sua vez, vai gerar produtos para serem comercializados aos turistas. Na Interculturalidade, observa-se o espaço como um lugar de convivência e trocas culturais entre visitantes e visitados. E, pelo elemento Qualidade Ambiental, identificam-se as formas de gerenciamento de resíduos sólidos, efluentes e tratamento de água na comunidade, além da maneira como os recursos naturais são manejados, em duas perspectivas: institucional e técnica (FABRINO; NASCIMENTO; COSTA, 2016).

Na concepção de Irving (2009, p. 211), o turismo de base comunitária “[...] só poderá ser desenvolvido se os protagonistas deste destino forem sujeitos e não objetos do processo”. A autora complementa, afirmando que esse tipo de turismo [...] “tende a ser aquele que, em tese, favorece a coesão, o laço social e o sentido coletivo de vida em sociedade [...] promove qualidade de vida, sentido de inclusão, valorização da cultura local e sentimento de pertencimento”.

Constata-se que os aspectos apresentados pela autora corroboram com os elementos-chave apresentados por Fabrino, Nascimento e Costa (2016). Dessa forma, é possível identificar alguns aspectos inexoráveis ao TBC: o protagonismo das comunidades, a promoção do bem-estar social e da qualidade de vida, além da valorização dos modos de vida locais.

No estudo de Costa Novo (2014), a autora analisou os diversos conceitos de turismo de base comunitária e identificou algumas similaridades entre eles. O primeiro aspecto similar identificado entre os conceitos é a participação da comunidade como protagonista da atividade. O segundo aspecto refere-se à justa distribuição dos benefícios. E o terceiro aspecto atenta para o fato de que o turista não deve ser tratado como o “centro das atenções”.

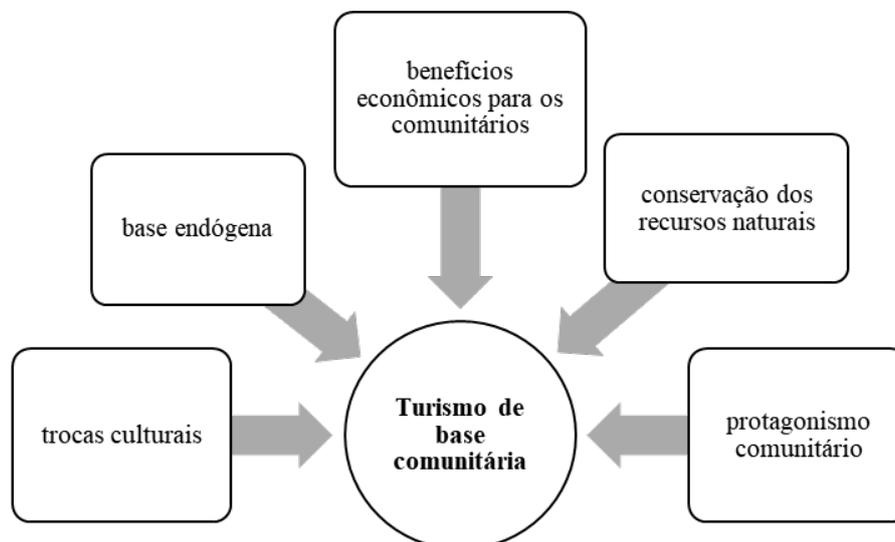
Para o primeiro ponto, a autora enfatiza que é de suma importância o apoio técnico às comunidades, fornecendo-lhes capacitação e autonomia para serem protagonistas no gerenciamento das atividades. Com relação ao segundo aspecto, ressalta que é necessária cautela e bom senso entre os atores envolvidos no processo, uma vez que o interesse econômico pode gerar conflitos e interferir no desempenho da atividade. E o terceiro tópico aponta para o fato de que a comunidade não deve realizar suas atividades em prol dos turistas, mas sim desenvolvê-las com eles (COSTA NOVO, 2014). Nesse

sentido, Conti, Rocha e Viteze (2018) ressaltam a importância de as experiências de TBC serem entendidas como parte do movimento de economia solidária (Ecosol) e, assim, se desenvolverem levando em consideração os princípios da autogestão, da cooperação e da solidariedade, basilares para a Ecosol.

Assim, Irving (2009) discute que algumas premissas centrais do TBC consistem na base endógena da iniciativa e no desenvolvimento local; na participação e no protagonismo social quanto ao planejamento, à implementação e à avaliação de projetos turísticos; na escala limitada e nos impactos sociais e ambientais controlados; na geração de benefícios diretos à população local; na afirmação cultural e interculturalidade; e no “encontro” como condição essencial. Já para Bartholo (2014), os elementos críticos do turismo de base comunitária são três: a participação e o diálogo efetivos da comunidade; as relações horizontais entre instituições e comunidade; e a fuga da utilização “do artigo definido”, ou seja, que se opte pela relativização em vez de por verdades absolutas e genéricas.

A fim de analisar as reflexões dos estudos de Irving (2009), Costa Novo (2014), Bartholo (2014) e Fabrino, Nascimento e Costa (2016), evidenciam-se pontos de congruência na Figura 1, constatando-se que, apesar do não acordo sobre um conceito “oficial” de turismo de base comunitária, há aspectos que se repetem entre as propostas, embora intitulados de maneiras diferentes.

**Figura 1. Elementos recorrentes nos conceitos de TBC**



Fonte: Elaboração das autoras (2018) com base em Fabrino, Nascimento e Costa (2016); Costa Novo (2014); Irving (2009) e Bartholo (2014).

As trocas culturais estão presentes nos encontros de Irving (2009) e na interculturalidade de Fabrino, Nascimento e Costa (2014). A base endógena converge na organização comunitária de Fabrino, Nascimento e Costa (2014), no envolvimento dos sujeitos sociais em Costa Novo (2014), no desenvolvimento local em Irving (2009) e na participação e nos diálogos efetivos da comunidade de Bartholo (2014). Os benefícios econômicos estão na democratização de oportunidades e repartição de benefícios de Fabrino, Nascimento e Costa (2014) e na geração de benefícios diretos à população local de Irving (2009). A conservação dos recursos naturais está no saneamento ambiental de Fabrino, Nascimento e Costa (2014) e na escala limitada de impactos socioambientais de Irving (2009). O protagonismo comunitário, por sua vez, é o elemento presente em todos os estudos, constituindo-se condição *sine qua non* para a existência do turismo de base comunitária.

#### **4. Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação: uma possibilidade de uso público**

As Unidades de Conservação (UC) são designadas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC, 2000) como o conjunto de áreas protegidas brasileiras legalmente instituídas pelos Poderes Públicos (federal, estadual e municipal) com objetivos de conservação. As UCs são divididas em dois grupos que totalizam 12 categorias, cujos objetivos específicos se diferenciam quanto à forma de proteção e usos permitidos (HASSLER, 2005).

As Unidades de Proteção Integral permitem o uso dos recursos naturais de forma indireta, como atividades de educação e interpretação ambiental, pesquisa científica e turismo ecológico, restringindo a ocupação humana. As UCs pertencentes a essa categoria são: Estação Ecológica, Parque Nacional/Estadual/Natural Municipal, Reserva Biológica, Monumento Nacional e Refúgio da Vida Silvestre (SNUC, 2000). E as Unidades de Uso Sustentável permitem a ocupação humana, desde que esteja associada às práticas de conservação dos recursos naturais. As UCs pertencentes a essa categoria são: Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Reserva de Fauna, Reserva Particular do Patrimônio Natural, Floresta Nacional e, por fim, as Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável (SNUC, 2000).

De acordo com os objetivos da categoria a que pertencem, as UCs possibilitam um uso mais efetivo ou restrito dos recursos naturais dispostos em seus limites territoriais. O uso público nas Unidades de Conservação engloba uma série de atividades que pode ser realizada, tanto pelos comunitários, quanto pelos visitantes, nos limites territoriais (LEUZINGER, 2010).

O foco deste estudo é voltado para as Reservas de Desenvolvimento Sustentável integrantes do grupo das Unidades de Conservação de uso sustentável. A Reserva de Desenvolvimento Sustentável é entendida como

[...] uma área natural que abriga comunidades tradicionais, cuja existência se baseia em sistemas sustentáveis de utilização dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais, e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica (AMAZONAS, 2007).

Entre as alternativas de uso público passíveis de serem realizadas nas RDS, estão a “educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico” (SNUC, 2000).

O turismo, nesse âmbito, é visto como promissor e vem sendo cada vez mais impulsionado nessas áreas, uma vez que os benefícios indiretos do uso dos ecossistemas dessas localidades, como as atividades de recreação e lazer, podem resultar em ganhos de mão dupla: resultados econômicos positivos para aqueles que participam da oferta de tais atividades e a conservação dos recursos naturais (RODRIGUES, 2009).

Um modelo de implantação do TBC em Unidades de Conservação é a Pousada Uacari, localizada na RDS Mamirauá, no Amazonas. O sucesso da experiência é atribuído à gestão compartilhada da área

entre o governo do estado do Amazonas e o Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM). O IDSM fortalece a participação comunitária na gestão da UC, por meio de capacitação de lideranças, fortalecimentos das articulações e associações, formação de agentes ambientais e outras iniciativas que influenciam a gestão comunitária (QUEIROZ, 2005).

A reflexão proposta pelos conceitos apresentados na seção 3 deste artigo aborda aspectos que vão além do protagonismo das comunidades e dos benefícios socioeconômicos, preocupando-se com questões relacionadas com a conservação dos recursos naturais. Este último aspecto constitui um elemento fundamental nas análises feitas em iniciativas de TBC desenvolvidas em Unidades de Conservação, uma vez que a proteção da natureza é premissa indissociável das áreas protegidas.

De acordo com o pensamento de Maldonado (2009), o turismo comunitário surge das necessidades econômicas das comunidades, que veem no turismo uma forma de obtenção de renda. Em se tratando do turismo em Unidades de Conservação, o cenário é semelhante. Betti (2014) afirma que o discurso das benesses econômicas e da conservação dos recursos naturais é comumente utilizado para receber parecer favorável à implantação da atividade turística nas áreas protegidas.

Diante disso, ressalta-se que as práticas do turismo de base comunitária vêm-se estruturando como a principal possibilidade de uso público nas Unidades de Conservação de Uso Sustentável e, com isso, ganhando contribuições que partem de parcerias dos agentes governamentais e institucionais, com participação ativa das comunidades. Exemplo disso é o fomento dado pelo ICMBio por meio da atuação do Grupo de Trabalho de Turismo de Base Comunitária (GT-TBC) criado no âmbito do *I Seminário de Ecoturismo de Base Comunitária em Reservas Extrativistas*, com a promoção de duas ações voltadas para o TBC nas UCs: a publicação de uma cartilha intitulada *Turismo de Base Comunitária: princípios e diretrizes*; e a elaboração de um edital voltado para criação e fortalecimento de iniciativas, experiências e produtos de TBC em Unidades de Conservação (ICMBio, 2017).

Há, portanto, uma necessidade de compreenderem-se os aspectos e a dinâmica desse tipo de turismo nessas UCS, não só para planejar e mitigar os possíveis danos que possam ser causados pela atividade, mas refletir como as comunidades presentes nessas unidades organizam-se e estruturam-se em prol do turismo. Essa compreensão abarca processos atinentes ao desenvolvimento de pesquisas realizadas em localidades com *cases* que possam fortalecer a discussão e propiciar elementos de análise sobre a atual conjuntura do TBC nas Unidades de Conservação.

## **5. Produção científica sobre o Turismo de Base Comunitária em Reservas de Desenvolvimento Sustentável (2008 a 2017): análise dos estudos**

Durante a seleção de trabalhos para composição do conjunto de artigos que seriam analisados, notou-se uma baixa quantidade de publicações que abordavam o Turismo de Base Comunitária em Reservas de Desenvolvimento Sustentável, considerando a busca em seis bases de pesquisa e um período de dez anos. Buscando-se pela combinação de “turismo de base comunitária” e “reservas de desenvolvimento sustentável”, chegou-se a um total de 21 publicações. Acredita-se que isso se justifique pelo fato de a categoria RDS ser exclusiva do Brasil e existirem apenas 37 Reservas de Desenvolvimento Sustentável, sendo duas federais, trinta estaduais e cinco municipais (MMA, 2011)<sup>4</sup>. Ademais, a categoria está situada, majoritariamente, no Norte do País, com 17 delas. Acredita-se, ainda, que outro fator se dê em razão dos entraves éticos, pois as Unidades de Conservação são regidas por legislações específicas (SNUC, 2000) que preveem uma série de procedimentos com fins de autorização para entrada e desenvolvimento de pesquisas científicas em suas respectivas populações. A seguir, estão elencadas as principais autorizações para a realização de pesquisas científicas em Unidades de Conservação de Uso Sustentável:

- a) *Autorização do comitê de ética*: as pesquisas devem ser submetidas a comitês de ética, que avaliarão seu conteúdo e o acesso a conhecimentos tradicionais das comunidades;
- b) *Autorização do conselho e órgão gestor da Unidade de Conservação*: as Unidades de Conservação de Uso Sustentável são regidas por um conselho gestor de caráter consultivo ou deliberativo. Assim, qualquer atividade realizada nos territórios da UC deve passar por consulta prévia do conselho gestor;
- c) *Anuência da Fundação Nacional do Índio*: se a pesquisa for realizada em terras indígenas, é preciso solicitar anuência da FUNAI para acessar os povos indígenas.

Somadas a essas etapas, há uma série de diretrizes comportamentais que devem ser seguidas em se tratando de pesquisas em UCs: o respeito aos horários de práticas religiosas, de descanso, de alimentação; antes de serem feitas fotografias, filmagens ou gravação de áudio, é indispensável a autorização para a

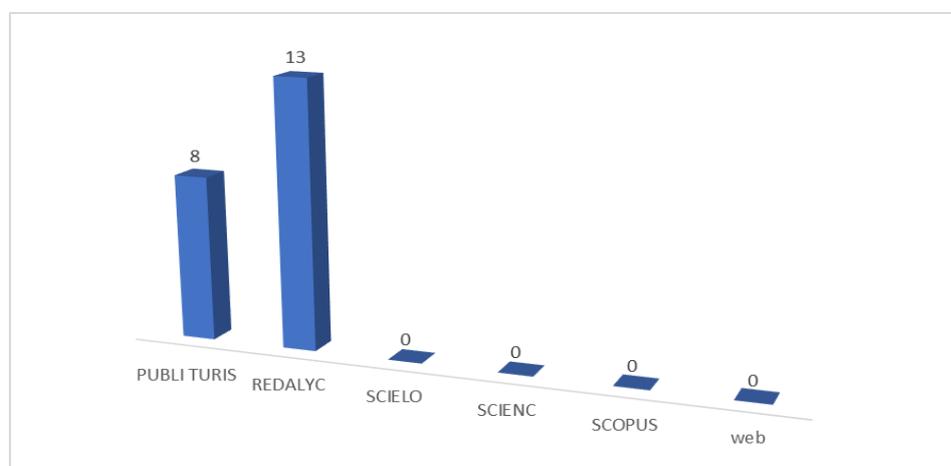
---

<sup>4</sup> Disponível em: <http://www.mma.gov.br>. Acesso em: 25 jan. 2018.

realização das atividades; o consentimento dos entrevistados pode ser dado mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que pode ser assinado ou carimbado — pessoas que não sabem escrever usam o carimbo das digitais.

Vale lembrar que a busca pelos trabalhos se deu, inicialmente, em seis bases científicas, conforme Figura 2.

**Figura 2. Quantidade de artigos selecionados por bases científicas**



Fonte: Elaboração das autoras (2018).

A base com a maior quantidade de artigos selecionados foi a *Redalyc*. Em seguida, o *site Publicações em Turismo*. Destaca-se, no entanto, que as bases *Web of Science*, *Science Direct*, *Scielo* e *Scopus* não retornaram resultado nas buscas com as palavras-chave utilizadas.

É interessante ressaltar que o *site Publicações em Turismo* é entendido como “uma base de dados de acesso livre que oferece um sistema de pesquisa dos artigos publicados nos principais periódicos/científicos de turismo do Brasil” (SANTOS; REJOWSKI, 2013, p. 151). Na perspectiva dos autores, a criação do *site* é um avanço para a pesquisa científica em turismo, que facilitou, a partir de 2011, a busca por periódicos, tornando desnecessária a repetição da procura em diversas fontes. Sinaliza-se, no entanto, que, ao realizar o procedimento de seleção de artigos na base *Publicações em Turismo*, utilizando-se a busca avançada por meio de operadores booleanos, identificou-se uma limitação, pois apenas um artigo foi encontrado. Entretanto, ao realizar-se uma seleção simples por uma única palavra-chave — usando-se primeiro Turismo de Base Comunitária e, depois, Reservas de Desenvolvimento Sustentável, encontraram-se outros artigos que tratavam do TBC em RDS, que apareceram nas buscas da

base *Redalyc*. Ou seja, caso a busca tivesse sido realizada apenas em *Publicações em Turismo*, sete trabalhos teriam ficado de fora da análise.

No que tange às temáticas de estudo, foi realizada uma análise dos textos, na tentativa de identificar-se sobre qual temática central versavam, conforme apresentado na Figura 3.

**Figura 3. Agrupamento dos estudos por temática central sobre a qual trata a pesquisa\***



Fonte: Elaboração das autoras (2018). \*Destaca-se que as pesquisas podem contemplar mais de uma abordagem, o que resulta em um número maior que o total de artigos analisados.

No trabalho de Mendonça, Moraes e Catarcione (2016), discutiu-se o papel do estado priorizando um debate participativo com a sociedade civil em prol do desenvolvimento de um Turismo de Base Comunitária na região da Costa Verde, estado do Rio de Janeiro, tendo como foco políticas públicas motivadas por esse processo. Já no estudo de Peralta, Vieira e Osório (2015), foram abordados o envolvimento e o controle dos grupos sociais para uma gestão participativa na Pousada Uacari, localizada no Amazonas. Os estudos de Ferreira (2014a; 2014b) refletiram sobre o uso da memória, tradição e territorialidade na Ilha Grande, no Rio de Janeiro. A autora destaca um acionamento de memórias coletivas para promoção de identidades culturais em função da defesa do território nativo. Nos estudos de Gonçalves e Silva (2017) e Ferreira e Raimundo (2016), discutem-se questões acerca do planejamento turístico para o TBC no Rio Grande do Norte e São Paulo, respectivamente. Para tanto, analisaram-se os efeitos causados pelo turismo nos aspectos sociais, ambientais e culturais das localidades em que é praticado.

Nota-se, ainda, que, ao analisar-se o conteúdo dos artigos, todos abordam aspectos atinentes ao desenvolvimento sustentável e à redução das desigualdades sociais. Com relação às revistas nas quais os

estudos foram publicados, bem como seus respectivos *qualis*, elas podem ser visualizadas no Quadro 2, a seguir.

**Quadro 2. Relação dos periódicos por *qualis* e frequência relativa**

<b>Periódico</b>	<b><i>Qualis</i>/fator de impacto</b>	<b>Frequência absoluta</b>
Caderno Virtual de Turismo	B1	4
Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo	A2	1
Revista Brasileira de Ecoturismo	B3	1
<b>Total</b>	-	6

Fonte: Elaboração da autora (2018).

No cenário apresentado no quadro anterior, suscitam-se algumas reflexões: Será que o número reduzido de publicações em periódicos com *qualis* A1 e A2 reflete uma falta de critérios rigorosos dos pesquisadores de TBC em Unidades de Conservação quando da elaboração de suas produções? Será que as revistas com *qualis* superiores não estão indexadas nas bases utilizadas para seleção dos artigos? Será que o corpo editorial dessas revistas desinteressa-se pela temática?

Além dos questionamentos anteriores, é possível ainda pensar se um dos motivos está relacionado com o grande número de produções que se utiliza de abordagens essencialmente qualitativas, baseadas em estudos de caso. Além disso, há poucas revistas de *qualis* superiores (A1 e A2) na área de turismo e, em função da grande procura, acredita-se que exista um processo de análise mais meticuloso, baseado em um maior rigor científico das pesquisas, o que, por vezes, acaba por privilegiar metodologias quantitativas de análise e estudos mais abrangentes. Nesse sentido, nos corpos editoriais dos periódicos, opta-se por estudos que contemplem análises quantitativas, em que os resultados possam ser testados e validados (KOVACS; BARBOSA; MESQUITA; SOUZA, 2012).

No Quadro 3, a seguir, é possível identificar os locais em que as pesquisas foram realizadas, os anos de publicação, e as RDS contempladas.

**Quadro 3. Temáticas de pesquisa e suas divisões por localização e RDS pesquisada**

<b>QTD</b>	<b>Temática da pesquisa</b>	<b>Ano de publicação</b>	<b>Lócus do estudo</b>	<b>RDS</b>
1	Desafios e possibilidades de implantação do TBC em RDS	2016	Peruíbe/São Paulo	RDS da Barra do Uma
2	Memória coletiva e defesa do território	2014	Ilha Grande/Rio de Janeiro	RDS do Aventureiro
3	Pressupostos para turismo de base comunitária	2016	Região da costa verde/Rio de Janeiro	RDS do Aventureiro
4	Turismo comunitário e tradicionalidade em defesa do território	2014	Aventureiro, Ilha Grande/Rio de Janeiro	RDS do Aventureiro
5	Possibilidades de implantação do TBC	2017	Macau e Guamaré/Rio Grande do Norte	RDS Ponta do Tubarão
6	Gestão participativa	2015	Tefé/Amazonas	RDS Mamirauá

Fonte: Elaboração da autora (2018).

É possível perceber que os estudos são recentes, iniciados a partir de 2014, seis anos após a publicação do edital 01/2008 do Ministério do Turismo, cinco anos após a publicação do livro *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências* (2009) e três anos após a criação do Grupo de Trabalho de Turismo de Base Comunitária (2011) e somente 18 anos após a criação da primeira RDS (1996), evidenciando-se uma grande lacuna nos estudos do turismo que tratam sobre o TBC. Vale destacar que há a citação de, pelo menos, um dos capítulos do livro de TBC nos seis artigos aqui analisados.

No que concerne aos lócus de estudos, evidencia-se uma concentração na região sudeste do País, com trabalhos desenvolvidos nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo. É relevante pensar a região desses estudos, uma vez que têm uma baixa concentração de RDS em seus territórios, levando-se a refletir o motivo do desinteresse ou da ausência de publicações sobre as RDS em contexto nortista, por exemplo, que é a região com maior concentração de RDS no Brasil. O Rio de Janeiro só tem uma RDS em todo o estado — a RDS do Aventureiro, criada em 2014, após recategorização. Ainda assim, apresenta mais publicações que o Amazonas, que concentra 17 RDS. Saliente-se, ainda, que, apesar da existência de apenas um artigo no âmbito do Amazonas, este contempla a RDS pioneira na prática do TBC no Brasil: a Mamirauá.

Na análise das metodologias dos artigos, apresentam-se técnicas, procedimentos e instrumentos diversificados. No Quadro 4, a seguir, estão os títulos das pesquisas e os caminhos metodológicos por elas utilizados.

**Quadro 4. Procedimentos metodológicos dos estudos\***

<b>Títulos das pesquisas</b>	<b>Abordagem</b>	<b>Método</b>	<b>Procedimentos, instrumentos e técnicas</b>
Desafios e possibilidades de implantação do TBC em RDS	Qualitativa	Estudo de caso	Observação participante e entrevistas abertas
Memória coletiva e defesa do território	Qualitativa	Etnografia	Observação direta e entrevistas em profundidade
Pressupostos para turismo de base comunitária	Qualitativa	Estudo de caso	Entrevista e diário de campo
Turismo comunitário e tradicionalidade em defesa do território	Qualitativa	Etnografia	Entrevistas em profundidade, observação direta e histórias de vida
Possibilidades de Implantação do TBC	Qualitativa	Estudos de caso múltiplo	Observação direta e entrevistas
Gestão participativa	Qualitativa	Estudo de caso	Bibliográfica e observação não participante, entrevistas semiestruturadas e análise de conteúdo.

Fonte: Elaboração das autoras (2018). \*Não se pretende discutir ou realizar análise crítica acerca dos termos observação direta e observação participante. A descrição foi feita conforme o uso de cada autor.

A abordagem com maior incidência foi a qualitativa, tendo o estudo de caso como método mais utilizado. Um estudo realizado por Kovacs *et al.* (2012) analisou 542 artigos publicados no Seminário da Associação Nacional de Pós-Graduação em Turismo (ANPTUR) e revelou que, aproximadamente, 80% dos autores optaram pelo uso da abordagem qualitativa, com a utilização de estudos exploratórios e de casos. Reforça-se, assim, a tendência existente, do uso qualitativo do estudo de caso.

Yin (2001, p.19) destaca que o estudo de caso consiste em estratégia ideal de método “quando se colocam questões do tipo "como" e "porque", quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real”. Assim, nos estudos, buscou-se responder como e porque acontece o turismo nas Unidades de Conservação, destacando-se as formas organizativas das comunidades, desde o planejamento até a comercialização, as trocas culturais, os recursos econômicos e as práticas de cuidado e manutenção da natureza.

Para a coleta de dados, nas pesquisas, utilizaram-se, majoritariamente, as entrevistas semiestruturadas e a observação participante ou direta. Cabe ressaltar que os autores dos artigos analisados não descreveram os processos de estruturação de seus roteiros de entrevistas e a realização de testes;

apenas autores de dois estudos preocuparam-se em diferenciar as entrevistas quando elas foram realizadas em diferentes grupos de atores sociais.

No uso das entrevistas semiestruturadas no contexto das Reservas de Desenvolvimento Sustentável, destaca-se, sobretudo, a possibilidade de elucidação das questões para pessoas com baixa ou nenhuma escolaridade, tendo em vista, segundo Gama, Fernandes, Parente e Secoli (2018), os índices elevados de analfabetismo<sup>5</sup> das populações presentes nessas localidades. Com isso, ao utilizar-se esse método, tem-se a liberdade para esclarecer questionamentos e, conforme seja necessário, dar um novo direcionamento a entrevista.

Quanto aos processos de observação, não foram descritas as maneiras como foram realizados e quais aspectos evidenciados durante os processos. O uso de diário de campo foi mencionado, mas não especificado como uma técnica baseada em critérios metodológicos.

No que concerne ao uso da observação direta, destaca-se que se constitui como alternativa metodológica viável, visto que possibilita identificar agentes ocultos envolvidos com a atividade turística, visibilizando os grupos sociais locais; compreender a relação turista-residente, possibilitando a incursão no contexto sociocultural no qual a relação se desenvolve (LEAL, 2010); e olhar o cotidiano comunitário “de perto e de dentro” (MAGNANI, 2002, *passim*).

No tocante aos recursos usados para análise dos dados, o destaque foi para a análise de conteúdo (AC), que é uma proposta de sistematização e interpretação de todos os dados coletados na pesquisa de campo, sejam eles frutos de entrevistas e/ou observação. A AC consiste em:

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2011, p. 47).

Assim, na análise de conteúdo, pretende-se analisar as mensagens explícitas e implícitas das mais variadas formas de comunicação. Desse modo, por meio do uso dessa metodologia seria possível interpretar as razões pelas quais as comunidades locais implementam o TBC em suas localidades, identificando-se motivações, obstáculos e objetivos que se pretende alcançar. Entretanto, segundo Silva

---

<sup>5</sup> A taxa de analfabetismo (9,7%) pode ser considerada alta, particularmente se comparada a estudos prévios conduzidos com ribeirinhos (0,6%) e a taxas identificadas nas principais capitais da região norte — Manaus (3,8%) e Belém (3,3%) (GAMA; FERNANDES; PARENTE; SECOLI, 2018, p.10).

e Fossá (2015), o uso da AC tem sido realizado de forma nebulosa, sem cumprimento das etapas necessárias para um uso confiável e validado. Nesse direcionamento, destaca-se que os artigos analisados não apresentaram as etapas para criação de categorias de análise, inferência e interpretação, abrindo-se margens para o apontamento de questionamentos quanto à confiabilidade no emprego da técnica.

De modo geral, considerando-se o conjunto de artigos analisados por este estudo, nota-se uma deficiência no que toca aos aspectos metodológicos dos artigos. O uso repetido de entrevistas e observação revela uma tendência metodológica que ignora abordagens quantitativas e combinação de métodos, como a triangulação. A crítica aqui apresentada não está relacionada com a preferência dos pesquisadores pela abordagem qualitativa, mas com a maneira como esses estudos vêm sendo desenvolvidos. É primordial que exista uma descrição minuciosa das etapas cumpridas pelo pesquisador com um desenho metodológico destrinchado passo a passo, pois é o método do estudo que confere validade científica ao mesmo.

## **6. Algumas considerações**

O presente estudo apresentou uma pesquisa bibliográfica da produção científica do turismo de base comunitária em Reservas de Desenvolvimento Sustentável. Assim, as pesquisas selecionadas foram analisadas de modo a permitir uma discussão sobre o conhecimento produzido por elas e, principalmente, sobre os processos metodológicos utilizados. Os resultados da pesquisa aqui apresentada compilam as reflexões centrais e sinalizam as principais lacunas da produção científica sobre o desenvolvimento do TBC em Reservas de Desenvolvimento Sustentável.

Para alcance dos objetivos propostos fez-se, em um primeiro momento, o levantamento dos artigos a serem analisados, tendo como base critérios científicos previamente estabelecidos, incluindo-se a seleção de bases científicas, palavras-chave e *qualis* dos periódicos. Ao final do refinamento, alcançou-se um total de seis artigos que compuseram a amostra analisada. Ressalte-se que, para organização e categorização dos estudos, foi primordial o uso do *software Mendeley*, pois permitiu a importação direta das bases e a identificação de duplicatas.

Quanto ao conteúdo dos trabalhos, fez-se uma análise teórico-crítica dos estudos selecionados, identificando-se as premissas centrais e recorrentes nos conceitos de turismo de base comunitária, sendo essas as trocas culturais, a base endógena, os benefícios econômicos para os comunitários, a conservação dos recursos naturais e o protagonismo comunitário. Além disso, notou-se pouco avanço de um estudo

para outro, pois apresentavam revisões teóricas semelhantes e conclusões análogas, evidenciando-se um esforço repetitivo dos autores e, sem novas proposituras e referenciais, uma possível estagnação no avanço científico. Assim, evocam-se alguns questionamentos: Por que há uma reprodução de discussões teóricas já realizadas? As pesquisas e revisões bibliográficas são desenvolvidas com critérios científicos? Há uma correta publicização da produção científica por parte dos periódicos? Existem fóruns e grupos de discussões que propiciem uma efetiva troca de informações entre os pares? Seria possível reunir esforços de pesquisadores de instituições e formações diferentes em prol de estudos convergentes/complementares? É dada continuidade às agendas de pesquisa propostas nos estudos?

Apesar da crítica apresentada anteriormente, a produção existente sinaliza o relevante esforço de um grupo pequeno de autores para pensar possibilidades de realização do TBC em Reservas de Desenvolvimento Sustentável, o que impulsiona, em determinados casos, a elaboração de políticas públicas que contemplem os agentes sociais envolvidos nesse processo. Assim, os resultados desse esforço de pesquisa, ainda que tímidos, já podem ser notados. E, entre eles, salienta-se a criação de Grupos de Trabalho em órgãos públicos voltados para o TBC e para o TBC em unidades de conservação, e a publicação de documentos norteadores e de editais de apoio e incentivo por parte do Ministério do Turismo e do Ministério do Meio Ambiente.

Com relação às metodologias utilizadas, os estudos analisados, de forma geral, apresentam metodologias de natureza qualitativa, com pouca rigorosidade científica na descrição dos percursos metodológicos. Não se sabe de que forma os autores elaboraram e utilizaram roteiros de entrevista e diários de campo. Outra lacuna encontrada diz respeito ao procedimento de análise dos dados não apresentado por alguns autores.

Reconhece-se, como limitações do presente estudo, que a análise das publicações foi dificultada pela baixa produção encontrada em periódicos com nível elevado de *qualis*. Além disso, a pesquisa restringiu-se à análise de estudos publicados em periódicos de turismo, mas não se atentou para a área de formação dos autores. Serão turismólogos que estão a produzir esse conhecimento? Caso os autores tenham distintas formações, é possível que os estudos sejam publicados em periódicos de outras áreas e, portanto, não foram incluídos nesta pesquisa.

Dessa forma, por meio dos resultados deste estudo, propõem-se novas agendas de pesquisa: com um recorte temporal e categórico maior, com uma quantidade superior de trabalhos e que, de preferência, se contemplem todas as categorias pertencentes ao grupo de Unidades de Conservação de Uso

Sustentável. Outra possibilidade de ampliação da pesquisa é a inclusão de estudos publicados em anais de eventos, além de dissertações e teses sobre o tema. Seria interessante, ainda, abordar-se a questão de grupos e redes de pesquisa, identificando-se se há troca entre os pares e a realização de trabalhos em conjunto.

Ademais, espera-se com este artigo sensibilizar pesquisadores e produtores de conhecimento científico para a constituição de grupos de estudos, redes de cooperação e/ou fóruns de pesquisa, com vistas a reunir esforços a fim de publicizar os trabalhos sobre turismo de base comunitária, propiciando uma troca de conhecimento entre os pares e um avanço na produção, dando-se continuidade ao que já foi produzido.

## **7. Referências**

- AMAZONAS. **Lei Complementar n.º 53** de 5 de junho de 2007. Institui o Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC). Diário Oficial do Amazonas. 2007.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BARTHOLO, R. Sobre o lugar do turismo de base comunitária. IN: COSTA NOVO, C. B. M; CRUZ, J. G. da. (Orgs.). **Turismo comunitário: reflexões no contexto amazônico**. Manaus: EDUA, 2014.
- BETTI, P. **Turismo de base comunitária e desenvolvimento local em Unidades de Conservação: estudo de caso na área de proteção ambiental de Guaraqueçaba e no Parque Nacional do Superagüi, Guaraqueçaba/Paraná**. (Dissertação) no Programa de Meio Ambiente da Universidade Federal do Paraná/Curitiba, 2014.
- BURSZTYN, I.; SANZOLO, R. Turismo de base comunitária: potencialidade no espaço rural brasileiro. IN: BARTHOLO, R; SANZOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009, p.142-161.
- CHUEKE, G. V.; AMATUCCI, M. O que é bibliometria?: uma introdução ao Fórum. **Revista Eletrônica de Negócios Internacionais**, São Paulo, vol.10, n.º 2, p. 1-5, maio/ago. 2015.

- CONTI, B. R.; ROCHA, L. R. V. G.; VITEZE, N. N. As conexões entre a economia solidária e o turismo de base comunitária no estado do Rio de Janeiro. **Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo**, Rio de Janeiro: Unigranrio, vol. 12, n.º 2, 2018, p. 1-21.
- COSTA NOVO, C. B. M. Turismo de base comunitária na região metropolitana de Manaus. IN: \_\_\_\_\_; CRUZ, J. G. da. (Orgs.). **Turismo comunitário: reflexões no contexto amazônico**. Manaus: EDUA, 2014.
- FABRINO, N. H.; NASCIMENTO, E. P. do; COSTA, H. A. Turismo de base comunitária: uma reflexão sobre seus conceitos e práticas. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, vol. 16, n.º 3, p. 172-190, dez. 2016.
- FERREIRA, H. C. H. A organização da memória coletiva na defesa do território e na criação do produto turístico: um estudo sobre a Ilha Grande/RJ. **Caderno Virtual de Turismo**, vol. 14, n.º 1, p. 79-95, abr. 2014a.
- \_\_\_\_\_. Turismo comunitário, tradicionalidade e reserva de desenvolvimento sustentável na defesa do território nativo: aventureiro/Ilha Grande/RJ. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, vol. 8, n.º 2, p. 361-379, maio/ago. 2014b.
- FERREIRA, P. T. A.; RAIMUNDO, S. Conflitos e possibilidades para um desenvolvimento do turismo de base comunitária na Vila de Barra do Una em Peruíbe/SP. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, vol. 16, n.º 2, p. 150-167, ago. 2016.
- GAMA, A. S. M.; FERNANDES, T. G.; PARENTE, R. C. P.; SECOLI, S. R. Inquérito de saúde em comunidades ribeirinhas do Amazonas, Brasil. **Cad. Saúde Pública [on-line]**, vol. 34, n.º 2, fev. 2018.
- GONÇALVES, S.; SILVA, G. C. J. Possibilidades do turismo comunitário na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Ponta do Tubarão/RN. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, vol. 17, n.º 3, p. 82-95, dez. 2017.
- GRIMM, I. J.; SAMPAIO, C. C.; GARCIA, M. Estratégias de desenvolvimento: a pesquisa científica campo do turismo de base comunitária. **Gest. Tur**, n.º 27, p. 44-65, jan./jun. 2017.
- HASSLER, M. L. A importância das Unidades de Conservação do Brasil. **Sociedade e Natureza**, vol. 37, n.º 33, Uberlândia/MG, 2005.
- IRVING, M. de A. Reinventando a reflexão sobre o turismo de base comunitária. IN: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.
- KOVACS, M. H.; BARBOSA, M. de L. de A.; SOUZA, A. G. de; MESQUITA, A. E. do P. Pesquisa em turismo: uma avaliação das metodologias empregadas nos artigos publicados nos anais no triênio do

- seminário anual da associação brasileira de pesquisa e pós-graduação em turismo — ANPTUR. **Turismo, Visão e Ação**, vol.14, n.º 1, 2012.
- LEAL, Rosane Eduardo da Silva. A etnografia no estudo do turismo sob a perspectiva antropológica. In: SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO, 7., 2010, São Paulo. **Anais...** São Paulo: UAM, 2010, p. 1-12.
- MAGNANI, J. G. C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 17, n.º 49, 2002.
- MALDONADO, C. O turismo rural comunitário na América Latina. IN: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.
- MENDONÇA, T. C. M.; MORAES, E. A. de; CATARCIONE, F. L. C. Turismo de base comunitária na Região da Costa Verde/Rio de Janeiro: refletindo sobre um turismo que se tem e um turismo que se quer. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, vol. 16, n.º 2, p. 232-248, ago. 2016.
- MIELKE, E. J. C.; PEGAS, F. V. Turismo de Base Comunitária no Brasil: insustentabilidade é uma questão de gestão. **Turismo em Análise**, vol. 24, n.º1, abr. 2013.
- PERALTA, N.; VIEIRA, F. S.; OZORIO, R. Z. Gestão participativa da Pousada Uacari: um processo em construção. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, vol. 8, n.º1, p.115-133, fev./abr. 2015.
- REJOWSKI, M. A produção científica em turismo: análise de estudos referenciais no Brasil e no exterior. **Turismo em Análise**, São Paulo, vol. 21, n.º 2, p. 224-246, ago. 2010.
- RODRIGUES, C. G. de. **O uso do público nos Parques Nacionais: a relação entre as esferas público e privada na apropriação da biodiversidade**. Tese (Doutorado) no Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, Brasília, 2009.
- SAMPAIO, C., ZECHNER, T., HENRÍQUEZ, C., CORIOLANO, L., FERNANDES, S. Turismo comunitário a partir de experiências brasileiras, chilenas e costarriquenhas. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, vol. 8, n.º 1, p. 42-58, jan./mar. 2014.
- SANTOS, G. E.; REJOWSKI, M. Comunicação científica em turismo no Brasil: análises descritivas de periódicos nacionais entre 1990 e 2012. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, vol. 7, n.º 1, p. 149-167, jan./abr. 2013.
- SILVA, A. H.; FOSSÁ, I. T. Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. **Qualit@s Revista Eletrônica**, vol.17, n.º 1, 2015.
- YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2001.